

CAPÍTULO 12

O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ESTUDANTES DEFICIENTES E COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO

Elisabete Amaral Santos

Pós-graduação em Educação Profissional Tecnológica e Inclusiva pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro-IFTM-Campus Uberaba; Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia, Servidora pública de carreira da rede Municipal de Ensino. <https://orcid.org/0009-0009-2033-2399>; Lattes <https://lattes.cnpq.br/2346109246510793>

Gutemberg Gomes Silva

Mestrando do Programa Stricto Sensu / Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM – Campus Uberaba; Professor de Carreira da Educação Básica do Estado de Minas Gerais; Especialista em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica; Especialista em Coordenação Pedagógica; Licenciado em Educação Especial. <https://orcid.org/0000-0002-7592-0691>; Lattes <https://lattes.cnpq.br/1235969706614571>

RESUMO

Este artigo versa sobre a temática da inclusão e os acessos dos estudantes com deficiência ou necessidades específicas no ensino regular oportunizando atendimento de acordo com as particularidades de cada indivíduo dando ênfase a suas competências, habilidades e potencialidades. Sendo assim este artigo buscou contemplar e discutir o processo da aprendizagem e o desenvolvimento da inclusão destes alunos, que requer recursos e métodos flexibilizados para poder conseguir obter êxito e concluir suas atividades acadêmicas. O objetivo geral deste artigo foi apontar e debater os argumentos, reflexões, críticas e observações sobre a temática abordada. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, por meio de pesquisas de diversos autores, suas opiniões, críticas e observações que propõe a discussões e reflexões acerca do processo da inclusão dos estudantes com necessidades específicas na escola regular. Após este estudo os resultados destacaram que se faz necessário buscar meios alternativos e renovar os conhecimentos para atender a diversidade escolar, para que haja de fato à consolidação da educação inclusiva para os

estudantes que possuem deficiência ou algum tipo de necessidade específica.

Palavras-chave: Aprendizagem. Escola Regular. Inclusão.

1. INTRODUÇÃO

A escola tem um papel importante no desenvolvimento da educação inclusiva. A prática mais importante que a escola pode ter em relação à inclusão está ligada à conscientização, a qual deve ocorrer desde o corpo docente até funcionários e diretores, para assim quebrar as barreiras e tornar-se possível a inclusão no ambiente escolar. Vai deste a estrutura até o pedagógico.

É importante que os professores tenham os seus conteúdos adaptados para atender a diversidades de alunos.

Os professores estejam preparados e conscientes quanto à legislação vigente ao assumir toda a responsabilidade do ensino aos alunos com necessidades especiais, para que o acesso ao conhecimento ocorra de forma equilibrada e significativa. Além das situações enfrentadas no âmbito escolar, a cultura marcada pela falta de conhecimento também contribui para a exclusão escolar.

A educação inclusiva busca romper com o paradigma de escola da homogeneidade. Ela tem como referência a diversidade que enriquece o fazer pedagógico, o convívio de diferenças, assegurando o princípio da equidade sua permanência na escola, o aprendizado e a possibilidade de prosseguimento em níveis mais elevados de ensino.

Muito se fala da aprendizagem dos alunos com necessidades educativas específicas e deficientes e sua inclusão no ensino regular, mas sabemos que a prática é mais complicada, devido aos fatores existentes que vão além do aceitar, consistem em conviver com as diferenças, e é algo que deve ser trabalhado em conjunto, o todo, juntamente com o corpo docente, alunos e a comunidade escolar.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Tem em sua resolução o incluir, de modo que todos possam conviver no mesmo espaço assim como a garantia de tratamento diferenciado, aos indivíduos com necessidades especiais.

Fazer com que o aluno se sinta confortável no espaço escolar é algo que a equipe pedagógica busca diariamente, incluir é mais que frequentar um mesmo espaço, é necessário ofertar ensino dentro de suas especificidades, e para este existe toda uma preparação para receber o aluno. Assim como a escolha do corpo docente para atender a este público, considerando que cada indivíduo tem características próprias é necessário que o profissional

esteja preparado e seguro para este desafio, e que queira de fato contribuir na aprendizagem deste aluno, pois sabemos que não é uma tarefa fácil. O profissional tem que buscar metodologias alternativas e inovadoras constantemente, cada dia um novo desafio.

Há uma diversidade de conceitos do processo de ensino e aprendizagem, que se faz necessário para que o atendimento seja de fato inclusivo, e que constitui em oferecer atendimento que favoreça o cognitivo e a socialização, em um ambiente que o indivíduo não se sentirá excluído, e sim incluído no ambiente escolar, que as famílias destes não sintam desconforto ao levar seus filhos até a escola, e sim gratos pelo cuidado a ele garantido e satisfeita sabendo que os direitos educacionais da criança estejam lhe assegurado.

Isso porque o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/2015 – reservou um capítulo exclusivo sobre o Direito à Educação e informa em seu artigo 27 que “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”.

O direito da pessoa com deficiência no sistema educacional inclusivo é assegurado em todos os níveis de aprendizagem, ao longo da vida, certo de que terá todo o apoio para desenvolver suas habilidades físicas, cognitivas, intelectuais e sociais, conforme sua particularidades e necessidade de aprendizagem com respeito e profissionalismo.

Ciente que a inclusão é um desafio constante tanto para as pessoas como para as entidades, que encontra barreiras esbarra desde a estrutura até a equipe de profissionais para o atendimento. Problematizam ainda sobre as interações entre família e instituição quanto suas interações e comprometimento no ensino e aprendizagem do aluno, assim como o desenvolvimento das aprendizagens educacionais.

O processo de aprendizagem é singular, cada indivíduo é um ser único, sendo assim o professor somente alcançará os resultados esperado através de metodologia que vai de acordo com as necessidades de aprendizagem e explorando suas habilidades e estimulando as dificuldades do aluno.

A inclusão educacional defende uma sociedade mais justa e democrática, livre das práticas discriminatórias e segregacionistas que marcou a história da humanidade de forma vergonhosa.

Assim nessa perspectiva as mudanças que se iniciam no ambiente escolar trazem mudanças significativas para a sociedade promovendo a transformação na vida e comunidade.

O objetivo deste artigo que trata da inclusão e o acesso dos estudantes com deficiência e necessidades específicas no ensino regular, foi

o de apontar e debater os argumentos, as reflexões, críticas e observações sobre a temática abordada.

2. METODOLOGIA

Neste artigo utilizou-se no campo teórico metodológico da pesquisa bibliográfica. Para Luna (1998), esse tipo de metodologia, visa determinar o estado da arte do campo de conhecimento. Nesse sentido, realizamos para descrever e compreender, o estado atual do conhecimento produzido em relação a alguma temática. Ou seja, é realizada para descrever e compreender o estado atual de conhecimento produzido em uma área de pesquisa podendo ser feito também para situar o problema dentro de um conteúdo teórico ou um objetivo de fazer revisão da pesquisa empírica, ou até mesmo de construir uma evolução histórica de um conceito. Em nosso caso, abordamos teorizações e discussões no que se refere ao processo de inclusão dos estudantes deficientes e com necessidades específicas na rede regular de ensino.

Para o desenvolvimento deste arquivo foram feitos levantamentos bibliográficos em fontes primárias e secundárias: livros, artigos científicos nacionais, bem como em sites da internet, pesquisados artigos, dissertações e teses em bibliotecas digitais.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva resume em oportunizar ambiente acolhedor, proporcionando ensino de qualidade e adaptado para atender a todas as pessoas. Não apenas deficientes, mas qualquer indivíduo com dificuldades de aprendizagem, garantindo o acesso e oferecendo espaço ao trabalho inclusivo.

[...] a proposta da inclusão é muito mais abrangente e significativa do que o simples fazer parte (de qualquer aluno), sem assegurar e garantir sua ativa participação em todas as atividades dos processos de ensino-aprendizagem, principalmente em sala de aula. (CARVALHO, 2004, p. 110)

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/1996, as políticas educacionais tratam os direitos da inclusão de crianças com deficiências múltiplas no ensino regular e orienta os sistemas de ensinos quanto à garantia destes alunos. A partir deste as escolas e docentes tiveram que adaptar a metodologias e práticas para um ensino inclusivo.

“acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado;

formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissional da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas” (BRASIL, 2008, p.14)

As etapas de exclusão vivenciada, logo deu espaço à segregação, onde o aluno passa a frequentar instituições com sistema paralelo à educação básica e, por fim, a inclusão, que traz o aluno para dentro da escola ofertando a educação inclusiva.

Instituindo um dos princípios fundamentais na oferta da inclusão escolar o de proporcionar o aprender juntos, trabalhando com adaptações curriculares, para que atenda a todos independente de suas dificuldades, reconhecendo que tem como ensinar através da diversidade e respeitando o ritmo de aprendizagem de cada aluno.

A adaptação curricular traz possibilidades educacionais de atuar diante das dificuldades de aprendizagem, propondo a adaptação do currículo regular, para torná-lo mais apropriado a realidade de aprendizagem dos alunos, um currículo dinâmico e alternativo, alterável, que atenda as especificidades de cada educando.

De acordo com Mantoan:

A escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende como democratização a massificação do ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela (2004, p.38).

A inclusão escolar apresenta proposta politicamente correta, respeitando os direitos de igualdade e oportunizando educação com qualidade e ambiente escolar favorável para todos, convivendo e aprendendo com as diferenças. A democratização do ensino é vivenciada por muitos, graças aos órgãos competentes com auxílio de pais e comunidade.

A Educação Inclusiva definida no Brasil segundo uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa a simples concepção de atendimentos especializados tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos, surgiu como algo inovador que propôs um currículo baseado em saberes na qual respeita as condições socioculturais, os valores simbólicos condizente com a realidade vivenciada, a igualdade de direitos e oportunidades educacionais em ambiente satisfatório.

De acordo com Carvalho:

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005).

Nesta caminhada para idealizar o ensino da escola inclusiva que de fato atingisse a maioria contornou se muitos obstáculos e mesmo hoje vemos o quanto esta luta é árdua para atingir os objetivos estipulados e tornar realidade. Há muitas dificuldades operacionais, falta de recursos humanos, pedagógicos, condições estruturais não somente nas pequenas cidades como nas grandes.

De acordo com a série “Saberes e práticas da inclusão”, publicado pelo Ministério da Educação:

O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente (BRASIL, 2003, p. 24).

A inclusão escolar atua desde a educação infantil, onde será desenvolvido o conhecimento e a aprendizagem assim como o desenvolvimento global da criança, até ao ensino superior..

Até os três anos, o atendimento se orienta através de meio de serviços de intervenção otimizando o processo de desenvolvimento e a aprendizagem, ofertando, serviços de saúde e assistência social, que favorecera as relações interpessoais, respeito e valorização da criança, através do lúdico, acesso às formas diferenciadas de comunicação, estímulos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e o convívio com as diferenças.

Já na educação de jovens e adultos e na educação profissional, as ações são de ampliar e oportunizar atendimento educacional para que o indivíduo atue e contribua com a sociedade. As políticas de inclusão vão além de ser assistencialista reivindicando implementação de políticas públicas, com objetivo de garantir o respeito às diferenças.

Na afirmação de Marilda Bruno (2008), aduz que:

antes da institucionalização das leis que asseguram os direitos a educação, a política vigente para a infância era de cunho social e assistencialista. Sem fins educativos, a creche, visava amenizar as carências, o desamparo, a pobreza e outras mazelas sociais. As crianças de 0 (zero) a 06 (seis) anos eram atendidas em creches mantidas por instituições sociais e comunitárias, tendo em vista minimizar os riscos sociais. Essa política assistencial não se ampliava a todas as crianças, somente ao atendimento de crianças sem deficiência. (BRUNO, 2008, p. 32).

O processo da inclusão está sendo construído de forma democrática, respeito e preservação sobre as expectativas dos docentes, assim como instituições que contribuem para transformação da sociedade diante da inclusão escolar, valorizando a diversidade como característica inerente à constituição de qualquer sociedade.

Conforme Mader (1997):

Nas escolas inclusivas as pessoas se apoiam mutuamente e suas necessidades específicas são atendidas por seus pares, sejam colegas de classe, de escola ou profissionais de áreas. A pretensão dessas escolas é a superação de todos os obstáculos que as Impedem de avançar no sentido de garantir um ensino de qualidade (MADER, 1997, p. 35)

O atendimento do público na educação inclusiva nas escolas ao ser direcionado a partir do seu contexto real analisa deste o momento em que a escola recebe os alunos e suas necessidades especiais para assegurar sua aprendizagem, possibilitando sua integração entre educação regular e especial.

Com a inclusão escolar, os próprios órgãos responsáveis e profissionais da educação admitem encontrar empecilhos para a realização e atendimento ao incluir que assim garantir aos agentes envolvidos recursos para melhor desenvolver as ações pedagógicas.

Visto que ao tratar de deficiências seja auditiva, visual, física, o discurso não condiz com a realidade descrita no ambiente escolar, tornando uma tarefa complicada aos professores.

A falta de conhecimento do profissional acerca das peculiaridades das deficiências e o não reconhecimento das habilidades destes estudantes assim como não compreender o sentido da flexibilização curricular é que são elementos que gera resistência por familiares, pois evidencia o despreparo da instituição.

Como diz Pinheiro (2010):

É importante, contudo, que a formação inicial dos professores trate com solidez dos aspectos gerais que permeiam a educação especial permitindo que estes, percebam na sua prática de docência as necessidades especiais de seus alunos, assim como compreendam a educação inclusiva a partir de um olhar inclusivo. Contribuindo, com isso, para uma prática que considere as contingências e as possibilidades de melhora no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com NEE,³ tendo em vista que este aspecto é a função principal da docência. (PINHEIRO, 2010, p. 71)

A política de formação de professores para inclusão escolar de estudantes com deficiência é preconizada desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, que define que os sistemas de ensino devem assegurar professores capacitados para oferecer uma educação de qualidade com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos que atendam às necessidades destes educandos (BRASIL, 1996).

Saber lidar com tanta diversidade e inovação da prática pedagógica e adaptar as necessidades dos alunos envolve toda a equipe pedagógica da escola e determina ampliar os conhecimentos e especialização sobre diferentes necessidades especiais de aprendizagem, relativo ao desenvolvimento que varia sobre características físicas e intelecto, permanente ou temporária.

Há um grande recurso que proporciona facilitação no desenvolvimento de atividades pedagógicas voltadas para as deficiências físicas e as necessidades especiais do aluno. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) apresenta diversas adaptações de atividades pedagógicas que facilitam o ensinar para o professor, a fim de promover a inclusão do aluno.

As (TICs) proporcionam novo meio de desenvolver o conhecimento no espaço escolar.

Sancho (2006) argumenta:

[...] tende-se a se pensar que as tecnologias digitais de informação e comunicação fazem surgir novos paradigmas ou perspectivas educacionais e ajuda a explicar por que praticamente todas as perspectivas sobre o ensino e a aprendizagem podem argumentar que encontra no computador um aliado de valor inestimável. Sancho (2006, p. 20 e 21)

A tecnologia apresenta contribuição muito significativa na vida das pessoas que possui alguma necessidade específica, e na educação não é

diferente, essa nova geração que se inicia já nasce conectada. Resta aos professores buscar se atualizar e se inovar para melhor lidar com os questionamentos e modernizar o processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar.

Os professores têm se preparado para se adaptar a estas mudanças e reconhece como a tecnologia auxilia no desenvolvimento dos indivíduos, e por isso inova suas práticas, integrando a tecnologia nas instituições de ensino e utilizando recursos tecnológicos para auxiliar nos projetos políticos pedagógicos inovando e transformando o ensino e aprendizagem dos educando.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A educação inclusiva no Brasil buscou renovar as práticas pedagógicas e a adaptação do currículo educacional no sistema ensino, teve apoio de ações conjuntas para que processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais de fato fossem assegurados.

As adaptações no currículo favorecem os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, promovendo o desenvolvimento progressivo do ensino e aprendizagem.

A referência na elaboração do projeto pedagógico, as práticas inclusivas, diversifica e torna mais atraente a proposta de ensino que atenda as individuais de cada aluno.

Segundo Mendes (2002), para atender os alunos com necessidades educacionais com qualidade, a escola deve modificar-se no aspecto político (construção de uma rede de suportes capaz de formar pessoal e promover serviços na escola, na comunidade, na região); no aspecto educacional (capacidade de planejar, programar e avaliar programas para diferentes alunos em ambientes da escola regular) e no aspecto pedagógico (o uso de estratégias de ensino que favoreçam a inclusão e descentralize a figura do professor, o incentivo às tutorias por colegas, a prática flexível, a efetivação de currículos adaptados).

Esta proposta de flexibilizar os conteúdos deve ser elaborada de forma contextualizada, e as adaptações curriculares tendem a estar relacionados à qualidade do conteúdo, detalhando os objetivos, as metodologias, os recursos didáticos e modo que será avaliado. Lembrando na adaptação deve constar como aprender, quando aprender, e de a avaliação será com ênfase no desempenho das suas ações.

A atividade pedagógica deve proporcionar ao aluno um benefício para a realização das atividades, o professor é o responsável em elaborar atividades e proporcionar a aprendizagem do educando considerando todos os recursos disponíveis para fazê-lo compreender.

Caso não há recursos deve se buscar junto ao setor pedagógico e a setor responsável alternativa para encontrar o melhor caminho para melhor atender a necessidade do educando.

Percebe quanto é exigido do professor a flexibilização de ações pedagógicas e dinamização do currículo para que viabilize o ensino e proporcione a aprendizagem. Sendo o professor o mediador do conhecimento que requer conhecimento sobre as necessidades do educando a fim de suprir as necessidades e desenvolver as capacidades e habilidades do aluno.

Já dizia Minetto, (2008):

[...] quando é necessário fazer as adaptações curriculares? A decisão deve ser tomada por uma equipe e nunca somente pelo professor. Cada caso deve ser considerado individualmente para que se chegue a uma conclusão das reais mudanças necessárias e, por isso, deve contar com a participação ativa de toda a equipe técnico-pedagógica da escola, assessoria externa e dos pais. (MINETTO, 2008, p. 65).

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais existe um elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino, que é o conjunto de ações que orientam a intervenção pedagógica que busca as informações do que precisa ser alcançado e como chegar até o esperado.

Segundo Cunha (2014):

A aprendizagem criativa é uma experiência consciente, manipulada e transformadora. Não se restringe simplesmente as influências sobre os conceitos existentes, mas abarca modificações operadas pelo aprendiz que vão traduzir-se em uma nova forma de executar tarefas ou manusear materiais. Alunos com deficiência já são predispostos a improvisações em razão de restrições que possuem. Há neles um potencial criativo que necessita ser explorado em sala, pois limitações genéticas podem ser superadas pelos estímulos do ambiente escolar (CUNHA, 2014, p. 68).

Para Santos, (2015, s/p) cabe ao professor levar em conta os vários fatores como social, culturais e a história de vida de cada educando, com suas características pessoais, sensoriais, motores e psíquicos, para que possa dá a devida atenção e atender da melhor forma possível. Então, para um bom desempenho da aprendizagem dos alunos é necessário que haja disponibilidade cognitiva e emocional, pois é um fator essencial para que aconteça uma interação com colegas e aprenda a conviver em grupo, a se socializar e a entender as normas, valores e as atitudes uns dos outros. Então, cabe ao professor trabalhar com sua turma organizando-a em grupos ou individualmente, porque dessa maneira estará influenciando no processo de ensino aprendizagem, levando em conta a diversidade dos alunos.

Santos (2015) reforça ainda que o aprendizado de habilidades ganha muito mais sentido quando a criança está imersa em um ambiente

compartilhado em que permite o convívio e a participação. Então, os alunos com deficiência requerem recursos pedagógicos e metodológicos específicos para ter o domínio da aprendizagem, uma vez que a inclusão escolar é a oportunidade para que de fato elas não estejam à parte, isoladas realizando atividades sem acompanhamento e sem sentido.

De acordo com Tédde (2012), a inclusão tentando garantir uma educação de qualidade para os alunos com deficiência incluídos no ensino regular, trouxe através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Atendimento Educacional Especializado (AEE), um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Então, o AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais.

A sala de AEE é equipada com recursos que auxiliaram os alunos da inclusão em classes comuns. O professor orientara o professor de apoio sobre as práticas educacionais e posturas que favorecerá a aprendizagem, assim como treinamento para utilizar recursos específicos.

Beneficia não somente alunos com deficiência, mas também aqueles alunos que apresenta dificuldade na aprendizagem.

5 CONCLUSÃO

Este estudo possibilitou compreender sobre a Educação Inclusiva e caminhos que leva para uma aprendizagem mais eficiente aos alunos que necessitam de atendimento específico conforme sua condição.

O atendimento especializado no início era assistencialista e hoje após lutas pelos direitos educacionais oferece a estes alunos novas perspectivas quanto sua aprendizagem e desenvolvimento, para que de fato haja a inclusão e atendimento educacional condizente com a realidade de cada aluno, respeitando suas particularidades e desempenhando trabalho com dedicação aos alunos com necessidades especiais.

Sobre as práticas observadas através das pesquisas bibliográficas e depoimentos de professores assim como argumentos e opiniões dos autores pesquisados, percebe as praticas educacionais e metodologias aplicadas trazem benefícios ao professor e aluno.

Flexibilizar para atender as necessidades do aluno, e facilitar a compreensão do indivíduo é o melhor caminho para transmitir o conhecimento.

Percebe-se o quanto que o professor busca contribuir na vida destes alunos ofertando e inovando as práticas e materiais adequados as necessidades do seu aluno, buscando até mesmo nas tecnologias auxiliam para facilitar a aprendizagem do aluno.

Também através deste evidenciou-se as transformações ocorridas no trato destes alunos e os meios para manter o aluno nas salas de aula se fazem necessárias para garantir a inclusão de fato para todos, e como é importante a participação de todos para que de fatos os alunos com necessidades especiais se sintam acolhidos.

E muito importante que as políticas públicas e a conscientização de todas as partes envolvidas neste processo trabalhem em conjunto para garantir as esses alunos com deficiências e necessidades especiais o convívio nos mesmos espaços, tratamento de respeito a individualidade de cada ser e para que elimine qualquer tipo de preconceito.

Nota-se um avanço nas instituições de ensino buscando contemplar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais específica, assim como a busca pela capacitação adequada por professores que precisa atentar as particularidades e informações de seu aluno para melhorar a autonomia e independência desses alunos.

Percebe-se que atualmente é crescente o uso das TIC que estão são inseridas e integradas às práticas pedagógicas diárias dos professores como recursos que contribuem para o processo de construção de conhecimentos dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 30 jul.2020.

Brasil. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: SEESP, 2003.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: **estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/SEE, 2003.

BRASIL. Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília: 2015. <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf>> Acesso em: 30 jul.2020

BRUNO, M. M. G. A construção da escola inclusiva: uma análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da Educação Infantil. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 56-67, ago./dez. 2008.

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1998

MADER, Gabrielle. **Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma**. São Paulo, Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito de ser, sendo diferente, na escola. Direito da Educação**, Brasília, n. 26, p. 36-44, jul./set. 2004.

MENDES, M. P. **Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: consequências ao sistema educacional brasileiro**. Revista Integração, a. 10, n. 22, 2012.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

PINHEIRO, M. L. S; BAUMEL, R. C. R. C (Org). **Educação especial, do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2010.

SANCHO, J. M.; HERNANDEZ, F. et al. (Org). **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SANTOS, Patrícia de Oliveira. A Inclusão e o Processo de Ensino-Aprendizagem das crianças com Deficiências: Metodologias e Práticas Dos Professores. I Congresso de Inovação Pedagógica de Arapiraca. 18 a 22 de Maio de 2015.

TÉDDE, Samantha. **Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão**. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012.